

LÍNGUA E PRECONCEITO: QUANDO O JEITO DE ESCREVER NAS REDES SOCIAIS DISCRIMINA

Marineuma de Oliveira Costa Cavalcanti – (UEPB)
marineumaoliveira@gmail.com

Edilma de Lucena Catanduba – (UEPB)
edilmacatanduba@superig.com.br

Introdução

Com o advento das novas tecnologias e a expansão das redes sociais, cada vez mais pessoas passaram a escrever e a divulgar, nos mais diferentes gêneros textuais, seus pontos de vista e opiniões. Vivemos, hoje, no que podemos chamar de sociedade do espetáculo e, ao mesmo tempo, do controle.

Na sociedade do espetáculo, propiciada pelas mídias digitais, as pessoas estão sempre à mostra, como se fossem prisioneiras de um ciclo sem fim de grande exibicionismo. Na sociedade do controle, por sua vez, todos passam a exercer controle uns sobre os outros, em função da exposição de informações pessoais e da imagem e reputação que constroem de si mesmos, a partir do que e de como divulgam seus posicionamentos.

Entretanto, mesmo com o uso indiscriminado, e aparentemente tolerável, de um uso linguístico mais informal e, em princípio, sem que se dê muito importância a essa informalidade, não usar ou não saber usar a língua pautada nos preceitos do que seria padrão, é estar, de certa forma, fora da elite cultural e ser, quase sempre, rejeitado. Um exemplo disso é o crescente número de páginas virtuais que abordam e expõem desvios gramaticais, registrados na própria rede e/ou escritos e publicados nos mais diferentes ambientes sociais, através de fotografias.

A norma padrão de uma língua é um fator de coesão social e corresponde aos usos, atitudes e aspirações da classe social de prestígio de uma nação, em virtude de razões políticas, econômicas e culturais. Nesse caso, os que possuem maior grau de letramento pressionam os demais usuários a procurar alcançar o padrão, devido a supostas necessidades de se defender o idioma, enquanto instrumento de interação social. No entanto, essa atitude de defesa, embutida no conceito de norma culta ou padrão que vigora nas gramáticas normativas e que tem sido a base do ensino, advém de uma postura ideológica que acaba gerando preconceito.

Tal preconceito, de acordo do Bagno (2006), construído ao longo dos anos, a partir de mitos como “a norma culta ou padrão constitui o português correto”, “português é difícil” e “o domínio da norma culta é instrumento de ascensão social”, entre outros, tem sido alimentado, diariamente, em programas de rádio e televisão, em colunas de jornais e revistas, em livros e manuais que pretendem ensinar o “bom” uso do português, e agora, também, nas redes sociais. Já há, inclusive, manuais que procuram orientar os internautas no uso do que denominam de boa escrita. É desse preconceito, o linguístico, o qual constitui uma das mais simuladas formas de violência, que pretendemos nos ocupar neste trabalho, apresentando breves considerações teóricas sobre a temática abordada, como também analisando algumas mensagens publicadas no *Facebook*¹.

1. Língua, interação e poder

A língua se justifica pela necessidade de comunicação entre os sujeitos, e, por isso, é instrumento de interação. Ela funciona e faz efeito, enquanto realidade histórica e social, estando

¹ O *Facebook* é uma rede social que permite conversar com amigos e compartilhar mensagens, links, vídeos e fotografias. Foi criado em 2004, pelos americanos Mark Zuckerberg, Dustin Moskovitz, Chris Hufghes e pelo brasileiro Eduardo Saverin.

sujeita às circunstâncias do momento, às condições de produção e às flutuações de sentido. É ferramenta, processo e, ao mesmo tempo, produto, já que nós a criamos exatamente enquanto a usamos.

Linguagem e sociedade estão ligadas entre si de modo inquestionável. A interação verbal, instaurada através da enunciação, constitui a realidade fundamental da língua. Os fenômenos linguísticos se realizam no contexto variável dos acontecimentos sociais e, sendo prática humana, revelam o uso particular que grupos ou classes de homens fazem.

Paradoxalmente, podemos dizer que a língua é única e, ao mesmo tempo, múltipla e variável. Única porque, como o diz Marcuschi (2000), apresenta uma organização interna sistêmica que pode ser estudada cientificamente; múltipla e variável, porque as pessoas que a utilizam não moram no mesmo lugar, não pertencem a uma mesma classe social, não têm a mesma idade, não vivem o mesmo tempo, nem a utilizam da mesma forma e com os mesmos propósitos.

O princípio da homogeneidade do código linguístico não passa de ficção, tendo em vista que todo indivíduo participa de diferentes comunidades e todo código é multiforme e compreende uma hierarquia de subcódigos diversos, livremente escolhidos pelos falantes.

Travaglia (2003) nos afirma que, basicamente, podemos ter dois tipos de variedade linguística: os dialetos e os registros. Os dialetos ocorrem em função das pessoas que usam a língua; os registros, por sua vez, são variedades que existem em função do uso que se faz da língua, dependendo, pois, da pessoa a quem se dirige a palavra; são, pois, as escolhas que fazemos, de acordo com a situação e a necessidade de comunicação em que nos encontramos. Todas estas formas de variação da língua refletem sempre variações socioculturais de algum tipo.

A língua é também instrumento de poder. Dominá-la tem a ver com saber utilizar os recursos retóricos e persuasivos, o que nem sempre é para o bem comum, mas serve em defesa de ideias muitas vezes opressoras e de elitização de uma minoria que também detém o poder econômico.

Na realidade objetiva da vida social, há sempre uma ordenação valorativa das variedades linguísticas em uso, que reflete a hierarquia dos grupos sociais. Em todas as comunidades existem variedades que são consideradas superiores e outras, inferiores. Uma variedade linguística vale o que valem na sociedade os seus falantes, isto é, vale como reflexo do poder e da autoridade que eles têm nas relações econômicas e sociais.

2. A fala como prática social de linguagem

A ciência que estuda essa diversidade linguística é a Sociolinguística. Seu principal objeto de estudo é a língua falada, observada, descrita e analisada em seu contexto social, isto é, em situações reais de uso. Seu ponto de partida é a comunidade linguística, um conjunto de pessoas que interagem verbalmente e que compartilham um conjunto de normas com respeito aos usos da língua.

Para a Sociolinguística, é preciso olhar a língua dentro da realidade histórica, cultural, social em que ela se encontra, isto é, em que se encontram os seres humanos que falam e escrevem. Ela propõe uma alternativa fundamental, segundo a qual variações não podem passar por um crivo valorativo, já que não são mais que formas alternativas que o sistema linguístico põe à disposição do falante.

A educação linguística de cada indivíduo, de acordo com Bagno (2002), começa logo no início de sua vida, quando, em suas interações com a família, adquire a língua materna. Nesse processo, então, a pessoa vai aprendendo as normas de comportamento linguístico que regem a vida dos diversos grupos sociais, cada vez mais amplos e variados, em que ele vai ser chamado a atuar. Depois vem a escola, cuja tarefa primordial, no que tange ao ensino de língua materna, seria despertar a consciência do aluno para a adequação das formas às circunstâncias do processo de comunicação.

Entretanto, a escola, que deveria propiciar condições para o desenvolvimento pleno dessa educação linguística, apega-se a uma prática tradicional que visa inculcar uma suposta “norma culta”, a qual não passa de uma abstração, já que é tratada como se existisse numa outra dimensão, como se não pertencesse a este mundo, como se fosse um objeto místico, a ser buscado sem jamais ser alcançado. A escola, na verdade, reproduz, em vez de diminuir, as desigualdades sociais.

O modo como a língua é ensinada na escola pratica tradicionalmente o modelo da deficiência. O principal pressuposto da tradição normativa é que cabe à escola o papel de compensar supostas carências socioculturais. Decorre desse pressuposto que a principal tarefa do ensino é substituir a variedade não padrão pela variedade padrão.

O que se chama, pois, de norma culta, padrão, segundo Bagno (2002), reduz-se a um conjunto de normas de aplicação prática, concreta. Essa concepção tradicional opera com uma sucessão de reduções: primeiro reduz-se “língua” a “norma culta”; em seguida, reduz-se essa “norma culta” a “gramática”, aqui entendida como uma série de regras de funcionamento mecânico que devem ser seguidas à risca para dar um resultado perfeito e admissível. Cabe à escola ensinar essa gramática como se esta fosse a língua.

É essa cadeia sinonímica equivocada que permite a muita gente acreditar que o manual da gramática e o dicionário contêm as únicas possibilidades de uso da língua, como se fosse possível encerrar em livro toda a complexidade que governa as relações dos seres humanos entre si e consigo mesmos por meio da linguagem. (BAGNO, 2002, p.27)

Para o conceito de norma (culto ou padrão), Castilho (1988) propõe um sentido amplo e um sentido restrito. Em sentido amplo, ela seria um fator de coesão social e corresponderia à necessidade que o grupo social tem de defender sua língua, seu instrumento de comunicação contra alterações que poderiam acontecer no momento do seu aprendizado. Nesse caso, a comunidade como um todo pressiona o falante e o faz assumir o padrão, assegurando-lhe a identidade. Assim, a sociedade preservaria, como um fator de coesão, identidade e sobrevivência, uma relativa uniformidade linguística que tem importância política para as nações. Em sentido restrito, a norma corresponderia aos usos, atitudes e aspirações da classe social de prestígio de uma nação, em virtude de razões políticas, econômicas e culturais.

Entretanto, essa atitude de defesa, embutida no conceito de norma culta ou padrão, que vigora nas gramáticas normativas e que tem sido a base do ensino, advém de uma postura ideológica que acabou gerando preconceitos de que a norma culta constitui o português correto. A variedade culta da linguagem é, com efeito, uma forma institucionalizada de padrão e, por isso, adquire o direito de ser “a língua”, restando às demais variedades importância menor, enquanto instrumento de comunicação.

Como se vê, imbuída desses preconceitos, a escola tende a esconder a relação entre língua e grupos sociais, sobretudo entre norma culta e padrão e classe social privilegiada (econômica, cultural e politicamente); a relação entre alterações socioculturais e mudança linguística. Isso precisa acabar de vez. E é preciso substituir definitivamente a ideia de uso *certo* ou *errado* pelo uso *adequado* ou *não adequado*. (TRAVAGLIA, 2003, p. 66)

Com a noção de erro, acentua-se o preconceito. Tal noção varia e flutua de acordo com quem usa e contra quem é usada. Se for alguém da classe mais favorecida, o erro passa a ser visto de outra forma. Assim, na fala de um membro da elite letrada, os erros são algo assim como “descuidos” ou “lapsos”. Essa mesma condescendência, no entanto, não é usada para classificar a fala de cidadãos menos letrados.

Desse modo, a escala de erros é inversamente proporcional à escala de prestígio social: quanto menos prestigiado socialmente é um indivíduo, quanto mais baixo ele estiver na pirâmide das classes sociais, mais erros os membros dos grupos privilegiados encontram na língua dele. É sempre

alguém das camadas privilegiadas da população que vê *erro* na língua dos cidadãos das outras camadas, as menos favorecidas.

Quem não se lembra do personagem de José Wilker na novela Senhora do Destino, Giovanni Improta, o qual cometia sucessivos “deslizes” em relação ao uso do português padrão e era visto com muita simpatia, tanto pelos outros personagens quanto pelos telespectadores, talvez pelo fato de ser um homem bem sucedido, economicamente falando? E como não lembrar também do personagem de Paulo Gracindo, no Bem-Amado, o prefeito Odorico Paraguaçu? Ambos eram vistos como pessoas excêntricas, que tinham o dom do diferente, do criativo, em relação ao seu próprio modo de falar. Na verdade, era a posição social deles “falando” mais alto e em bom tom.

É importante lembrar, dessa forma, que isso acontece se a pessoa, “de berço”, tiver certo prestígio social, mas, se ascender a partir de um evento inusitado, se vier das classes menos favorecidas, não é visto do mesmo modo. Torna-se, pois, alvo de críticas e cobranças.

É o caso, por exemplo, de muitos dos participantes de reality show, o qual tem rendido um estrelato às avessas. Por conta dos sucessivos desvios de português que alguns cometem, muitos se transformam numa espécie de símbolo da “burrice” nacional. Entretanto, por trás das “piadas” dos programas humorísticos, o que encontramos são pessoas que, por questões econômicas, foram obrigadas a abandonar a escola para trabalhar, como milhões de brasileiros que também tropeçam no português. Na verdade, essa realidade deveria despertar tristeza e solidariedade, pois é nosso lado desdentado que teimamos em não enfrentar. Enquanto tratarmos o problema social como piada, nada será resolvido.

O preconceito linguístico está ligado, em boa medida, à confusão que foi criada, no curso da história, entre língua e gramática normativa. Mas, gramática não é língua e a língua não é tão somente a norma culta. A língua é um todo significativo e a norma culta é apenas uma aplicação do seu volume total. A gramática normativa, por sua vez, é a tentativa de descrição apenas dessa parcela mais visível da língua, a chamada norma culta. Só que é essa aplicação autoritária, intolerante e repressiva que impera na ideologia geradora do preconceito linguístico.

O interessante é que o preconceito em termos de raça, cor, religião ou sexo não é publicamente aceitável, mas o linguístico, em nome dessa suposta defesa da identidade da língua, é explícito. É como se a pessoa que não dominasse a língua padrão também não soubesse pensar, refletir. Daí, os desvios no uso da norma serem abominados e tratados com ironia, desdém, deboche, indignação até! Julgamos, na verdade, não a fala, mas o falante, e o fazemos em função de sua inserção na estrutura social. Portanto, algumas formas de expressão podem estigmatizar socialmente seus falantes, enquanto outras podem valorizá-los socialmente.

3. A escrita e o preconceito linguístico nas redes sociais

Não há como negar que as redes sociais deram voz aos indivíduos. Todos podem, hoje, virtualmente, falar e escrever o que quiserem e de várias maneiras. Ter voz, todavia, não é suficiente para se construir uma comunidade de livre expressão, já que precisamos aprender a dizer, num contexto social eivado de preconceitos contra quem não se enquadra no padrão sociocultural privilegiado.

Questiona-se, apesar de as pessoas estarem escrevendo mais, se a qualidade do que se escreve piorou, nesses últimos tempos. Essa questão é controversa. Só a título de exemplo, podemos citar a pesquisa feita pela americana Andrea Lunsford², professora de escrita e retórica de Stanford, que concluiu que a forma de escrita mudou, e mudou para melhor. De acordo com ela, os trabalhos dos alunos foram aumentando em tamanho e em complexidade, ao longo do século. O estudo aponta que esse aumento na sofisticação das produções textuais é reflexo, tanto

² Disponível em: <http://blackboard.grupoa.com.br/as-redes-sociais-estao-ajudando-ou-atrapalhando-a-escrita-dos-estudantes/>. Acesso em: 13 set. 2014.

de uma maior disponibilidade de informações, quanto de mais oportunidades para escrever e publicar. Segundo o estudo, 40% de todos os textos hoje são feitos fora do ambiente escolar – numa escrita para a vida, algo que os alunos fazem socialmente ou apenas por diversão. “Os jovens estão escrevendo mais do que as gerações anteriores”, afirmou a pesquisadora.

Cabe aqui também ressaltar o motivo pelo qual se escreve. Na escrita escolar, de cunho pedagógico, as atividades são elaboradas visando a uma nota a ser atribuída pelo professor, único leitor naquele processo. A escrita nas redes sociais, entretanto, tem como endereço um público que lê, interage, polemiza, questiona e avalia, quase que simultaneamente. O texto que se escreve é real, enquanto prática social de linguagem.

Mas há quem considere que o uso das redes sociais tem mesmo é exposto o baixo nível de conhecimento, tanto linguístico, quanto cultural, da maioria dos usuários da internet, e que ficar por longo tempo conectado, sem empreender leituras tidas como mais profundas, contribui para que a escrita seja de qualidade inferior, se se comparar os escritos de antes com os da geração digital.

O que se tem visto é que, mesmo com o uso indiscriminado, e aparentemente tolerável, de uma língua mais informal e, em princípio, sem que se dê muito importância a essa informalidade, não usar ou não saber usar a língua pautada nos preceitos do que seria padrão, é estar, de certa forma, fora da elite cultural e ser, quase sempre, rechaçado e vítima de preconceito linguístico.

4. Do preconceito e do controle da escrita nas redes sociais

Em recente levantamento feito por mim com a participação de cerca de quarenta jovens concluintes do ensino médio de uma escola pública, constatei que todos têm acesso à internet e que desses apenas 28% procuram usar a norma padrão da escrita em suas mensagens nas interações virtuais. Os que usam uma linguagem informal fazem-no utilizando abreviações, siglas, neologismos, gírias, palavras cifradas, estrangeirismos, desenhos, ícones, símbolos, código e imagens diversas. Também são codificadas emoções, como risos, com a ajuda de palavras ou um grupo de letras.

Dentre esses estudantes, cerca de 58% consideram normal não usar a norma padrão por causa agilidade com que precisam escrever, no sentido de acompanhar, em tempo real, usando a escrita, o fluxo interacional. Por outro lado, os outros 42% consideram inadequado esse uso informal, apesar de utilizá-lo, por perceberem que isso pode gerar uma certa visibilidade negativa.

E o que eles consideram como sendo visibilidade negativa? Ora, a informalidade é permitida; já o desconhecimento das próprias regras linguísticas da linguagem da internet, o *internetês*, não. De acordo com Bisognin (2009, p. 15), o *Internetês* é uma linguagem surgida e empregada na internet. Baseia-se na simplificação informal da escrita para tornar mais ágil a comunicação, utilizada, principalmente, em salas de bate-papo, em *sites* de relacionamento, mensagens de celulares, fóruns e correios eletrônicos. É uma espécie de “código escrito oralizado”. Nesse caso, o produto do *internetês* não é, propriamente, escrita, posto que reproduz, de certa forma, elementos da fala, nem é fala, posto que sua produção é feita a partir do registro de caracteres formais baseados na escrita.

Dentre as regras da escrita na internet, é aceitável, por exemplo, escrever a forma abreviada de você como “vc”; já o uso de “vç” constata o desconhecimento das normas do português formal que passa a interferir na linguagem digital, e isso é denunciado, negativamente, pelos usuários.

Para melhor ilustrar essa questão, vejamos, pois, um exemplo coletado, aleatoriamente, em postagens no *Facebook*.

Figura 1



Disponível em: <https://pt-br.facebook.com/pages/Erros-de-portugu%C3%AAs-mais-engra%C3%A7ados/162859253813879>. Acesso em: 15 set. 2014.

Como quando se escreve nas redes sociais há um misto de fala e de escrita, ou seja, escreve-se representando uma possível fala, que é, na maioria das vezes, coloquial, este exemplo não configura um uso de *internetês*, mas sim, o uso da língua numa variante não padrão. O que caracteriza o *internetês* é o seu léxico e a forma como as palavras são registradas, obedecendo, inclusive a uma regularidade nas variações propostas. Fugir a regras básicas e convenções cristalizadas é o mesmo que desobedecer às normas da língua padrão na modalidade escrita formal.

Pelo vocabulário que uma pessoa utilize, é possível, grosso modo, supor o grau de instrução que possa ter. Conforme Bisognin (2009, p. 16), a escrita é um “fator de inserção e de prestígio social”. Daí, a valorização de se escrever de acordo com as convenções em vigor, mesmo nas redes sociais.

Dessa forma, temos encontrado muitas páginas no *Facebook* que se colocam com o objetivo de apontar os desvios gramaticais cometidos pelos usuários, numa atitude preconceituosa, apresentando a questão como piada e motivo de risos. Há até sites especializados em divulgar fotografias tiradas, nos mais diferentes ambientes sociais, mostrando a fragilidade linguística de algumas pessoas, atuando como censores e instrumentos de controle, como na imagem a seguir:

Figura 2



Disponível em: <http://www.portalanaroca.com.br/aqui-temfariaasucacau-groco-e-aroize-kkkkkkkkk/>. Acesso em: 15 set. 2014.

No caso dessa postagem, a escrita incorreta das palavras é motivação para a discriminação. Até o endereço do site faz uso do internetês “kkkkkkkkk”, indicando que a imagem como se apresenta deve provocar risos e ser motivo de chacota. Postagens como essas visam, certamente, a intimidar as pessoas que não têm o domínio da norma padrão.

Colocar essas mensagens como material humorístico é comum na internet. Vejam abaixo o exemplo de um site que coleta o que chama de “contribuições”:

Figura 3



Figura 4



Disponível em: <https://pt-br.facebook.com/pages/Erros-de-portugu%C3%AAs-mais-engra%C3%A7ados/162859253813879>. Acesso em: 15 set. 2014.

Os que procuram os desvios nas mensagens dos outros se sentem superiores e se acham no direito de criticar aqueles que erram, não se importando com possíveis explicações que possam justificar os deslizes cometidos.

O mais interessante, porém, é constatar que os que apontam os erros dos outros cometem, nas suas próprias mensagens, equívocos, se alguém que tenha mais conhecimentos sobre os mecanismos da língua se der ao trabalho de analisar, acuradamente, sua escrita. Vejam o caso abaixo:

Figura 5



Disponível em: <http://geradormemes.com/>. Acesso em: 15 set. 2014.

No exemplo citado acima, o verbo “existir”, no sentido de haver, precisa flexionar; o verbo “saber” deve concordar com “pessoas”, a palavra “automatica” (sic) deve receber acento na sílaba tônica e o final do texto exige um sinal de pontuação. É possível até que a mensagem em tela possa ter sido escrita, propositadamente, dessa maneira, a fim de ressaltar o que se estava dizendo. Mesmo assim, a atitude soa como pretenciosa e antipática.

Considerações finais

Longe de fechar essa discussão, concluímos este artigo dizendo que o preconceito linguístico existe e que cabe à escola, no que diz respeito ao ensino de língua materna, levar em conta que os sujeitos que participam do processo de ensino e aprendizagem devem ter consciência de que qualquer língua, entre elas a portuguesa, comporta um grande número de variedades linguísticas, as quais devem ser respeitadas. Tais variedades são mais ou menos adequadas a determinadas situações comunicativas, nas quais se levam em consideração os interlocutores, suas intenções, o espaço e o tempo. E isso vale para a escrita usada na internet.

Cabe à escola propiciar que o aluno participe de diversas situações de discurso, na fala ou na escrita, para que tenha oportunidade de avaliar a adequação das variedades linguísticas às circunstâncias comunicativas. A norma padrão, considerada como uma das variedades de maior prestígio, quando se trata de avaliar a competência interativa dos usuários de uma língua, deve ter lugar garantido na escola, mas não pode ser a única privilegiada no processo de conhecimento linguístico proporcionado ao aluno.

Travaglia (2003) defende que, para desenvolver a competência comunicativa dos usuários de uma língua, é preciso abrir a escola à pluralidade dos discursos. Uma dimensão dessa pluralidade diz respeito às variedades linguísticas.

Na verdade, é preciso possibilitar em sala de aula atividades que trabalhem diretamente com a questão da variação linguística sem teorizar sobre a mesma, mas levando o aluno a sentir a necessidade de compreender e de saber utilizar determinados usos em determinadas situações.

É preciso que a escola tenha condições de discutir os valores sociais atribuídas a cada variante linguística, enfatizando, principalmente, a carga de discriminação que pesa sobre determinados usos da língua, de modo a conscientizar o aluno de que sua produção linguística, oral ou escrita, estará sempre sujeita a uma avaliação social, positiva e negativa, e que, por isso mesmo, é preciso lutar sempre contra o preconceito linguístico.

Na era digital, a escola precisa se abrir às discussões que envolvam também o preconceito contra a maneira de como se escreve, legitimamente, nas redes sociais. Todos precisam ter oportunidade de expor suas ideias e seus pontos de vista. Trazer essas questões para a sala de aula alerta os usuários sobre o preconceito e, ao mesmo tempo, possibilita a reflexão sobre esses usos e a necessidade de que as pessoas, de qualquer classe social, se aproprie dos conhecimentos sobre os mecanismos que regem a língua oficial em que nós nos comunicamos.

REFERÊNCIAS

- BAGNO, Marcos. *Língua materna: letramento, variação e ensino*. São Paulo: Parábola Editorial, 2002.
- BISOGNIN, Tadeu Rossato. *Sem medo do internetês*. Porto Alegre, RS: AGE, 2009.
- _____. *Preconceito linguístico: o que é e como se faz*. 40ª ed. São Paulo: Edições Loyola, 2006.
- CASTILHO, Ataliba T. de. Variação linguística, norma culta e ensino de língua materna. In *Subsídios à proposta curricular de língua portuguesa para o 1º e 2º graus – coletânea de textos*. Vol. I. São Paulo, SEE-SP/ Coordenadoria de Estudos e Normas Pedagógicas, 1998.
- MARCUSCHI, Luiz Antônio. *O papel da linguística no ensino de língua*. Conferência pronunciada no 1º Encontro de Estudos Linguístico-Culturais da UFPE, Recife, 12 de dezembro de 2000, mimeo. (Disponível na seção “Fórum” do site www.marcosbagnoc.com.br).
- TRAVAGLIA, Luiz Carlos. *Gramática e interação: uma proposta para o ensino da gramática*. 9ª ed. São Paulo: Cortez, 2003.